

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de SP	2
Título: Coluna do Estadão: Mariana Carneiro	2
Título: União quer maior poder de voto na Eletrobras.....	2
Título: Energia deve ter investimento de R\$ 56 bilhões, diz ministro.....	3
Título: Eletrobras abre PDV para cortar 1,5 mil	5
VEÍCULO: Folha de SP.....	5
Título: Painel S.A.: Julio Wiziack.....	5
Título: Lula vai ao Supremo para tentar ampliar poder da União na Eletrobras	7
Título: Atraso em solução para térmicas adia alívio de 5,2% na conta de luz	10
Título: Minas e Energia e Aneel dizem aguardar o TCU	13
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: Lula vai ao STF para ampliar poder na Eletrobras	14

VEÍCULO: O Estado de SP**Data: 06/05/2023****Seção: Colunas****Autor: Mariana Carneiro****Título: Coluna do Estadão: Mariana Carneiro**

NÃO DEU

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cancelou a reunião que faria com os conselheiros da Petrobras nesta sexta (5). A Coluna mostrou que o presidente, Jean Paul Prates, não havia sido avisado do encontro. O cancelamento foi informado aos membros do comitê por Efraim Cruz, número 2 do ministério, às 22h30 da véspera.

NÃO DEU 2

Silveira alegou dificuldades logísticas de comparecer à sede da Petrobras, no Rio. A assessoria do ministério nega que Prates não tenha sido avisado.

VEÍCULO: O Estado de SP**Data: 06/05/2023****Seção: Economia****Autor: Denise Luna****Título: União quer maior poder de voto na Eletrobras**

RIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para ampliar poder de voto conselho de administração. Hoje, o peso do voto da União, que detém 43% da empresa, é de 10%. Esta é a quarta ação levada ao STF questionando a estatização da Eletrobras.

O pedido é para que o Supremo considere inconstitucional trecho da lei sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) que desestatizou a empresa pública. A ação, porém, não reivindica a reestatização da empresa.

O governo justifica que a limitação do voto “é uma afronta aos princípios constitucionais de razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, da moralidade e da eficiência da administração pública”.

Com maior poder de voto o governo poderá, por exemplo, tentar colocar membros que o representam no conselho de administração da companhia, o que não ocorre hoje.

‘IMPROVÁVEL’

Ontem, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., disse que não pode se manifestar sobre a mudança de membros, nem do conselho nem da diretoria, pois a decisão é soberana da assembleia de acionistas. Ele afirmou, porém, que triplicou os investimentos na empresa comparado ao tempo de estatal, o que é um objetivo do próprio presidente Lula.

“Tenho acompanhado o presidente Lula na sua disposição de aumentar investimentos no Brasil, e a companhia (Eletrobras) investiu três vezes do que investiu no passado, é um bom exemplo para ele usar”, argumentou ao responder se era possível uma reestatização da companhia, dizendo ser “improvável” a volta da companhia para a União.

VEÍCULO: O Estado de SP

Data: 06/05/2023

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo

Título: Energia deve ter investimento de R\$ 56 bilhões, diz ministro

Segundo Alexandre Silveira, recursos devem vir de leilões programados para este ano e 2024 na área de transmissão

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou ontem que leilões programados para 2023 e 2024 devem contratar mais de R\$ 56 bilhões em investimentos para transmissão de energia. Desse total, cerca de R\$ 30 bilhões são para infraestruturas instaladas no território do Nordeste, e o restante, em outras regiões, também servirão para escoar a energia produzida nos Estados nordestinos.

“Os leilões vão acontecer e trarão mais de R\$ 56 bilhões em investimentos para transmissão da energia do Nordeste”, disse Silveira, durante o encontro sobre energias renováveis do Consórcio dos Governadores do Nordeste, realizado no Centro de Eventos do Ceará (CEC).

Aos governadores, o ministro disse ter recebido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a diretriz de transformar o Nordeste no maior celeiro de energia limpa e renovável do mundo. “Trabalhamos para viabilizar a instalação desse potencial incrível de 30 Gigawatts de geração renovável”, disse. Segundo ele, isso deverá destravar mais de R\$ 120 bilhões em investimentos privados na área de geração de energia renovável.

O governo e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já previam fazer neste ano dois leilões de transmissão. Um deles, previsto para junho, deve contratar R\$ 15,8 bilhões em investimentos e já teve a minuta de edital aprovada pelo órgão regulador. O segundo certame deverá acontecer no dia 31 de outubro, com expectativa de levantar R\$ 19,7 bilhões em investimentos.

CUSTOS

“Nesse primeiro semestre, serão leiloados R\$ 16 bilhões. Mais R\$ 20 bilhões até o final de 2023, e outros R\$ 20 bilhões estão programados para o ano que vem”, disse Silveira, indicando que um terceiro certame deve ocorrer apenas em 2024.

“Vamos trabalhar juntos, também, para que, em um futuro próximo, possamos consumir essa energia aqui mesmo, na região Nordeste, abrindo mais indústrias, produzindo hidrogênio verde, gerando mais emprego e renda para o povo nordestino”, afirmou ainda o ministro, segundo quem os investimentos em transmissão vão viabilizar o ingresso de energia renovável no sistema nacional e diminuir os custos para os consumidores.

“Vamos viabilizar novas usinas renováveis, com tarifa justa, segurança energética, responsabilidade ambiental e geração de emprego decente e renda, melhorando a qualidade de vida da nossa gente”, disse.

VEÍCULO: O Estado de SP

Data: 06/05/2023

Seção: Economia

Autor:**Título: Eletrobras abre PDV para cortar 1,5 mil**

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., anunciou a abertura de um novo Programa de Demissão Voluntária (PDV), depois de ter tido êxito no PDV voltado para aposentados ou possíveis de aposentadoria, com 2,5 mil adesões. Dessa vez, o objetivo é enxugar o quadro de pessoal para todos os empregados da companhia.

“Estamos lançando o segundo PDV para o restante do quadro da companhia, em função naturalmente do momento de carreira de cada um e do processo de reestruturação da empresa”, disse Ferreira Jr. a analistas durante teleconferência para comentar o balanço do primeiro trimestre.

O objetivo é atingir mais de 1,5 mil empregados, segundo o vice-presidente executivo de Gente, Gestão e Cultura, José Renato Domingues. “Com isso, a empresa começa a se aproximar do seu tamanho em relação à sua performance”, disse Domingues aos analistas. Segundo ele, a economia anual com o primeiro PDV é de R\$ 1,1 bilhão a R\$ 1,2 bilhão, e nos três primeiros meses do ano já foram obtidos R\$ 150 milhões. Com o novo PDV, a expectativa é de uma economia anual de R\$ 600 milhões a R\$ 800 milhões.

“Na combinação dos dois PDVs, a economia esperada é de cerca de R\$ 2 bilhões”, disse Domingues, ressaltando que em contrapartida a empresa irá repor posições.

VEÍCULO: Folha de SP**Data: 06/05/2023****Seção: Colunas****Autor: Julio Wiziack****Título: Paineis S.A.: Julio Wiziack**

Vende por R\$ 37 bilhões?

A estatal Adnoc, controlada pelo governo de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, prepara uma oferta de compra da Braskem, petroquímica da Novonor (ex-Odebrecht) por até R\$ 37,5 bilhões. A operação será feita em parceria com o fundo americano Apollo e foi apresentada a representantes dos principais bancos

credores da empresa — Santander, Banco do Brasil, BNDES, Bradesco e Safra. Se toparem, será oficializada.

Prêmio

Os detalhes da oferta foram noticiados pelo Painel S.A. nesta sexta (5). Na conversa com os bancos, foi dito que os árabes exercerão o controle e, para isso, oferecem prêmio de 135% sobre os papéis — isso resultaria em R\$ 47 por ação, valor também estendido para minoritários.

Conversão

Os credores receberiam parte da dívida de R\$ 14 bilhões em dinheiro e a diferença seria convertida em nova dívida. A troca de controle tomou a oferta interessante para os bancos.

Alagoas

Também faz parte da proposta da Adnoc assumir o problema causado pela Braskem em Maceió (AL), onde ocorreu o afundamento do solo em áreas da cidade — algo associado à extração de sal-gema pela empresa em uma mina hoje desativada.

Guilhotina

Lula mandou dizer para o comando da Eletrobras que o governo não negociará os rumos da companhia enquanto não houver substituições no conselho de administração e na diretoria-executiva, incluindo o presidente, Wilson Ferreira Junior. O motivo é político. O presidente não aceita negociar com nomes que, segundo ele, estiveram diretamente envolvidos no processo de privatização.

Desafetos

Constam na lista de Lula o vice-presidente de regulação Rodrigo Limp e os conselheiros Marisete Pereira e Marcelo Siqueira.

Jurídico

A intenção de Lula se soma à pressão em curso da Advocacia-Geral da União, que, nesta sexta, ingressou no STF com uma ação pedindo aumento dos assentos no conselho de administração.

Peitada

A Anac aceitou precatórios como pagamento de parte dos R\$ 125 milhões em outorgas do consórcio Novo Norte, que arrematou os aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP) em 2022. Com a decisão, o contrato de concessão entrou em vigor nesta sexta (5). O ministro Márcio França (Portos e Aeroportos) é contra o uso desses títulos de dívida da União. É o primeiro caso decidido sem disputa judicial. A Aena, que venceu o bloco liderado por Congonhas (SP) ainda aguarda decisão sobre os precatórios apresentados.

Alugado

As montadoras americanas decidiram pisar fundo no gerenciamento de frota. A ideia é compensar com esse negócio a insistente queda da rentabilidade da venda de veículos. Nesta semana, desembarca no país a GM Fleet, braço de gestão de frotas terceirizadas da fabricante. Vai competir com a FordPro um mercado que, em 2022, faturou R\$ 36 bilhões.

VEÍCULO: Folha de SP

Data: 06/05/2023

Seção: Mercado

Autor: José Marques

Título: Lula vai ao Supremo para tentar ampliar poder da União na Eletrobras

Governo quer derrubar proibição de que acionista exerça voto em número superior a 10% dos papéis

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu nesta sexta-feira (5) ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras para que a União tenha voto proporcional à sua participação societária na empresa.

A solicitação, feita via AGU (Advocacia-Geral da União), tenta derrubar o trecho da lei que proíbe que acionista ou grupo de acionistas exerçam votos em

número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da companhia — entendimento que valeria apenas para acionistas com essa posição antes da privatização.

A lei é de 2021, e a Eletrobras foi privatizada em 2022, na gestão Jair Bolsonaro (PL).

A iniciativa da AGU foi antecipada pela coluna Paineis, e ainda não foi sorteada a um ministro relator no Supremo. A ação afirma que a União manteve 43% das ações ordinárias, considerando o controle direto e outras formas de participação, mas teve o seu poder de voto reduzido a menos de 10% do capital votante após a lei.

“A regra veio apenas a malferir os direitos políticos da União em favor dos demais acionistas minoritários da companhia”, diz o pedido ao STF.

Na peça jurídica assinada por Lula, a AGU diz que o assunto é sensível e que “é preciso deixar bem claro” que o governo não pretende estatizar novamente a Eletrobras.

“Também não se quer rediscutir os encargos incluídos durante os processos de desestatização que importam em ônus adicional para que, seja por parte da União, seja por parte de outros acionistas, se tente a chamada aquisição hostil do controle da empresa”, diz o pedido.

“O ajuizamento da presente ação, portanto, em nada altera a atual condição da empresa, de pessoa jurídica de direito privado não integrante da administração pública federal, prestadora de serviço público essencial”, prossegue a AGU.

“Ela, bem por isso, não passaria a condição de empresa pública de economia mista, mas, sim, continuará a ser uma empresa sob gestão privada, na condição de desestatizada, mas, até aqui, com forte aporte de recursos públicos.”

Em nota, o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirma que “a União tem responsabilidade pela gestão do sistema elétrico brasileiro” ao justificar a ação.

“Qualquer crise que atinja a empresa não pode deixar de ser resolvida senão no sentido da preservação de sua atividade, que significa, em última instância, apropriada continuidade da economia nacional.”

Segundo a AGU, a empresa está sob o controle de fato de acionistas minoritários, não há nenhum representante da União na composição do conselho de administração da empresa e a solicitação de troca foi recusada pela gestão atual.

O órgão diz ainda que, embora os dispositivos questionados da lei tenham o objetivo de evitar o controle da empresa a um grupo descompromissado com interesses sociais, “observou-se que, na prática, a interpretação dada pela Eletrobras à regra somente acarretou ônus desproporcional e injustificável para a União, com comprometimento de direitos políticos e econômicos do Estado”.

“Sob o ponto de vista jurídico, entende-se que houve imposição de ônus ilegítimo à União (e a seu grupo) e ao interesse social em benefício de outros acionistas privados da empresa”, argumenta a AGU.

Na tarde desta sexta-feira, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, defendeu que o processo de privatização da empresa é um “instrumento jurídico perfeito” e que eventuais trocas no comando da companhia devem seguir leis que regem companhias com ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em entrevista para comentar o lucro da Eletrobras no primeiro trimestre, ele disse ainda que a privatização melhorou a empresa e traz vantagens ao país, que ganha uma corporação com maior capacidade de investimento.

Indicado por Michel Temer para preparar a privatização da Eletrobras, Ferreira Junior iniciou sua segunda passagem pelo comando da estatal no dia 19 de setembro de 2022. Nesta semana, empossou sua nova diretoria, concluindo um processo de reestruturação organizacional.

A Eletrobras registrou lucro líquido de R\$ 406 milhões no primeiro trimestre.

A receita líquida atingiu R\$ 9,2 bilhões e o Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R\$ 4,9 bilhões, aumentos de 13% e 44%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2022.

Segundo a companhia, o resultado foi impactado por eventos decorrentes da capitalização. O principal foram os encargos e a atualização monetária das contribuições à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e fundos previstas nos novos contratos de concessão de 30 anos.

VEÍCULO: Folha de SP

Data: 06/05/2023

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão

Título: Atraso em solução para térmicas adia alívio de 5,2% na conta de luz

TCU busca conciliação, mas donos das usinas recorrem a advogados para suspender punições e receber por serviços

Está custando caro para o consumidor de energia um jogo de empurra do governo e dos órgãos reguladores para definir o destino de um grupo de térmicas a gás. Dez usinas não cumpriram contratos de energia, mas tentam amenizar as penalidades — e até seguir operando — com preços altos para a conta de luz.

Os valores dessa pendência estão detalhados no mais completo levantamento sobre o tema, realizado pela Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores livres).

A entidade mostra que está suspensa a cobrança de R\$ 13 bilhões em multas e penalidades. Esse valor, que já poderia ter sido revertido para a tarifa de energia, levaria a uma redução de 5,2%, em média, na conta. Há também um grupo de térmicas operando mesmo depois de descumprirem os contratos, e os consumidores de energia já pagaram R\$ 1,2 bilhão na tarifa por esse serviço.

Essas usinas fazem parte do PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), um tipo de leilão para a contratação de energia, feito de afogadilho, em outubro de 2021, quando havia risco de racionamento por causa da seca. A leitura do mercado é que tudo desse leilão deu errado.

Das 17 usinas habilitadas no PCS, 14 eram a gás — grupo que enfrentou maior dificuldade. Apenas uma foi ligada em 1º de maio do ano passado, data prevista

para o início da operação. Outras cinco conseguiram iniciar o fornecimento de energia antes do prazo final previsto no contrato, em 22 de agosto de 2022.

As 11 usinas restantes acumularam problemas. Uma foi suspensa. Cinco nem ficaram prontas no prazo. Mais cinco começaram a operar depois de agosto — apesar de a regra do leilão prever o cancelamento do contrato nesse caso — e são pagas pelos consumidores.

O impasse que mais afeta a conta de luz envolve justamente essas dez usinas que não cumpriram o prazo contratual e recorreram na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A situação delas está em análise há meses no órgão. Um desfecho para o caso dessas usinas, e de todo o PCS, teria que ter tido acompanhamento do **MME (Ministério de Minas e Energia)**. A pasta foi orientada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) a encaminhar a renegociação de todos os contratos desse leilão, para reduzir os custos dos consumidores de energia.

No capítulo mais recente, o próprio TCU assumiu a negociação por meio da nova Secretaria de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos. Agora, Aneel e MME, dizem que o PCS depende do TCU. As empresas envolvidas estão mobilizando escritórios de advocacia para travar uma batalha no órgão regulador.

“Esse caso vai entrar para a história do setor elétrico como um processo demorado e, sobretudo, errático”, afirma Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia que acompanha o imbróglio desde o início.

O balanço da Abrace mostra como a evolução do problema é enrolada. Das cinco usinas que não ficaram prontas, uma pertence à Rovema, grupo de Porto Velho (RO), e quatro são da Âmbar, braço de energia da J&F, que controla da JBS. Esse grupo tem quase R\$ 8,9 bilhões em penalidades que ainda que não foram pagas porque as empresas entraram com recursos na Aneel, segundo levantamento da associação.

A Rovema não conseguiu garantir o fornecimento do gás. O seu primeiro recurso foi negado, e ela recorreu.

O caso da Àmbar se arrasta há um ano, envolvido numa polêmica que mobilizou o setor de energia.

O relator do processo no começo da discussão, hoje secretário-executivo do MME, Efraim da Cruz, fez todos os esforços para que as usinas pudessem operar, mesmo com o atraso das obras. Existe até um processo no TCU, ainda em curso, avaliando sua conduta nesse caso.

Os pedidos de recurso (chamados pela agência de excludente de responsabilidade) que a Àmbar apresentou na agência foram indeferidos, por unanimidade, pela diretoria. A empresa recorreu. Com base nas análises da área técnica e da Procuradoria Federal, o novo relator, o diretor Fernando Mosna, rejeitou o recurso.

No entanto, o diretor Ricardo Tili pediu vistas no final de fevereiro, e até agora não retomou a discussão.

Segundo a Folha apurou, na conciliação com o TCU, a Àmbar vai insistir na autorização para operar. O levantamento da Abrace mostra que, se isso ocorrer, haverá um aumento na tarifa de quase 2,5%, pois as térmicas da Àmbar respondem por praticamente metade da geração de todas as usinas habilitadas pelo PCS.

Entre as 5 usinas que conseguiram operar mesmo após o prazo contratual limite de 90 dias, 4 pertencem a empresa turca KPS (Karpowership Futura Energia) e uma a Trendner, com sede no Paraná.

As usinas da KPS são balsas flutuantes, modelo conhecido como powerships, e estão no porto de Itaguaí, na baía de Sepetiba (RJ). A empresa acumulou problemas com o projeto, que sofreu oposição até de grupos ambientalistas, dada a sua localização.

Depois de ter o primeiro ex-ludente de responsabilidade negado na Aneel, a KPS protocolou dois outros recursos na agência, ao mesmo tempo que recorreu à Justiça e conseguiu autorização para operar. Tanto a área técnica quanto a procuradoria da Aneel já se manifestaram contra os recursos.

O diretor que agora tem a relatoria do recurso, Ricarod Tili, no entanto, não apresenta o processo para julgamento. Segundo estimativas do relatório da Abrace, cada mês de indefinição no caso da KPS custa R\$ 255 milhões para os consumidores de energia.

O processo sobre a usina da Tradener é lanterninha na discussão. Apesar de a área técnica ter recomendado que se negasse o recurso, a diretoria ainda não avaliou os pedidos de excludente de responsabilidade apresentado pela empresa.

“Num momento em que a agência tem merecido tantos e tão injustos questionamentos, decidir sobre o PCS seria a maior reafirmação sobre o seu papel no setor elétrico”, diz Paulo Pedrosa, presidente da Abrace. “A demora no fechamento de processos que já estão com a instrução técnica e legal pronta está custando muito aos consumidores.”

Em paralelo também existe uma discussão sobre as empresas que cumpriram o prazo contratual do PCS e estão operando. O seu custo de funcionamento é altíssimo. Em média, o preço dessa energia é de R\$ 1.300 pelo MWh (megawatt-hora), 20 vezes mais que o valor do último leilão desse tipo de fornecimento, diz a Abrace. No mercado à vista, a energia é negociada a R\$ 55.

O levantamento da Abrace mostra que o consumidor já pagou R\$ 1,6 bilhão para esse grupo de térmicas. Até dezembro de 2025, prazo final do contrato, serão mais R\$ 7,3 bilhões. A entidade e a frente de defesa dos consumidores defendem há meses que o **MME** faça a negociação amigável com as empresas para a suspensão do fornecimento dessas usinas. A discussão agora migra para o TCU.

VEÍCULO: Folha de SP

Data: 06/05/2023

Seção: Mercado

Autor:

Título: Minas e Energia e Aneel dizem aguardar o TCU

À Folha a assessoria de imprensa da Aneel afirmou que processos do PCS encontram-se em instrução, com diversas manifestações e reuniões com as empresas e análises complementares das áreas técnicas desde agosto de 2022.

Segundo a agência, o caso da KPS teve novo parecer recentemente incluído nos autos. No entanto, o **Ministério de Minas e Energia** informou que o caso vai ser algo de processo de solução consensual no TCU, o que foi confirmado pela Corte na última semana.

“Nesse sentido, estamos avaliando os reflexos de tal procedimento nos processos em andamento, que aguardam deliberação do colegiado”, disse a Aneel em nota. “Destaco, entretanto, que eventuais valores recebidos por quaisquer empresas que, após julgamento em segunda instância dos pedidos administrativos, sejam considerados indevidos, serão devolvidos aos consumidores.”

A assessoria do **MME** disse que a pasta tem buscado tratamento específico para os contratos PCS, com o objetivo de garantir a segurança do fornecimento com redução da tarifa. Segundo nota enviada à Folha, foi dentro desse princípio que o MME solicitou apoio do TCU na solução do caso.

“A situação de cada empresa contratada no PCS foi e será tratada de modo específico, considerando as particularidades envolvendo cumprimento dos contratos e riscos de imputação de custos aos consumidores de energia.”

Procurados pela reportagem, KPS e TCU responderam que não comentariam.

Âmbar, Rovema e Tradener não haviam respondido à solicitação de comentários enviadas por e-mail até a publicação deste texto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/05/2023

Seção: Economia

Autor: Malu Gaspar e Paula Ferreira

Título: Lula vai ao STF para ampliar poder na Eletrobras

União entra com ação na qual argumenta que teve ‘direitos políticos drasticamente reduzidos’ após desestatização da companhia, que limitou o poder de voto de qualquer acionista a no máximo 10%. Governo quer ter peso de 42,6%

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou ontem com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o estatuto da Eletrobras e garantir mais poder ao governo na companhia. A estratégia do Palácio do Planalto foi antecipada pela equipe da coluna em março.

O objetivo da ação direta de inconstitucionalidade, encomendada pelo presidente Lula, é suspender, apenas para a União, o dispositivo que estabelece que qualquer acionista tem no máximo 10% do poder de voto nas assembleias, mesmo que tenha participação maior na empresa. A União tem 42,6% das ações.

Para a Advocacia-Geral da União (AGU), a medida fere os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade e da eficiência da administração pública, além de provocar grave lesão ao patrimônio e ao interesse públicos.

“A União, mesmo após a desestatização da Eletrobras, continua sendo a sua maior acionista, mas teve seus direitos políticos drasticamente reduzidos por medida injustificável do ponto de vista jurídico-constitucional”, sustenta a AGU. “A regra apenas serviu para impedir que a própria União exerça plenamente seus direitos políticos sobre a Eletrobras privatizada, de acordo com o capital social que já possuía no momento da desestatização.”

‘MORALIZAR’ A DIRETORIA

A ofensiva jurídica do governo está alinhada ao discurso de Lula, que disse em entrevista ao site Brasil 247 que “o governo vai voltar a ser dono da Eletrobras” e que a privatização foi “um crime de lesa-pátria.” Na ação, o governo argumenta que o limite de 10% é inconstitucional. A AGU esclarece que o objetivo não é reestatizar a Eletrobras, mas garantir que a União possa participar da gestão da empresa “de forma proporcional ao investimento público” feito.

O limite foi estabelecido na lei da privatização da Eletrobras, aprovada no Congresso, e incluído no estatuto da companhia — privatizada em junho de 2022, em negociação pela qual investidores pagaram R\$ 33,7 bilhões.

Segundo interlocutores do Planalto, caso a AGU saia vencedora no STF, há intenção de “moralizar” a diretoria, ou seja, interferir na sua composição. Há uma crítica contundente a respeito dos salários pagos a conselheiros da empresa, que ganham R\$ 200 mil. Membros do alto escalão afirmam que há “excessos” que precisam ser corrigidos.

Ao longo das negociações para a privatização, ficou claro que transformar a companhia numa Corporation — ou seja, sem controlador definido — seria uma das condições para atrair investidores e fazer o negócio deslanchar.

Outra foi a inclusão, no estatuto, de proteção contra a reestatização via poison pill, a pílula de veneno, no jargão do mercado. Por esse instrumento, caso queira reestatizar a empresa, o governo precisa pagar o triplo do valor das ações.

Na campanha, o então candidato Lula criticou a privatização e, na transição, o grupo de trabalho de **Minas e Energia** estudou formas de reverter o negócio. Mas a constatação de que recomprar a empresa seria caro demais fez o governo se concentrar no teto para o exercício do poder de voto.

Como o dispositivo foi criado por lei no Congresso, a única forma de derrubá-lo seria aprovar outra lei ou recorrer ao Supremo, o que pareceu a melhor saída para o Planalto frente às dificuldades do governo no Parlamento.

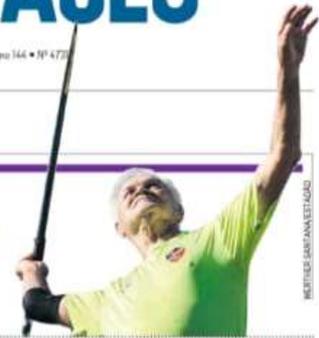
CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

1

FUNDADO EM 1898
JULIO MESQUITA (1864-1947)Sábado 6 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 4773
estadão.com.br

Fim de semana

A Fundo ... D10 e D11
A importância dos 'conhecidos' na vida
Interações triviais melhoram o humor**E&N** ... B16
De estagiário a CEO, quem chegou lá
Ascensão depende do funcionário e do líder**BEM-ESTAR** ... D4 e D5
Vida sempre ativa
Prática de exercícios na terceira idade traz inúmeros benefícios

MÉDICO GARY ANASTAZIO

Crise de saúde pública ... A27 e A28

Após três anos de pandemia, OMS declara fim da emergência

— Desde 2020, a covid-19 causou quase 7 milhões de mortes no mundo

Três anos e três meses após disparar alerta mundial por causa do vírus Sars-CoV-2, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, anunciou ontem: "É com grande esperança que declaramos que a covid-19

Notas e Informações ... A3

Três anos que nunca acabarão

não é mais uma emergência global". A alteração do status foi possível graças ao avanço da va-

Análise ... A27

Gonzalo Vecina Neto

Aprendemos importância do SUS e de um governo

cinação, mas a OMS ressalta que o vírus continua circulando e ainda pode causar ondas

da doença. De 2020 até agora, a covid-19 provocou 765,2 milhões de casos e quase 7 milhões de mortes no mundo, mas o número real pode passar de 20 milhões. O Brasil, com 701,4 mil mortes até o final de abril, respondeu por cerca de 10% dos óbitos no mundo.

O que a crise sanitária mudou no dia a dia

Quarentena, trabalho remoto e aumento da pobreza foram consequências da covid. ... A28



GEO ANDRISSEN / AFP

Meio Ambiente ... A32

Desmatamento no Cerrado bate recorde; Amazônia registra queda

Devastação no Cerrado nos primeiros quatro meses do ano cresceu 17% em relação ao mesmo período de 2022.

Assessor de Bolsonaro ... A16

Cartão de filhas de Cid tinha vacina vedada para crianças

Privatização ... A32

Lula vai ao STF para ampliar poder da União na Eletrobras

Reino Unido em festa à espera da coroação de Charles III

Fãs usam máscaras de Charles e de Camilla Parker Bowles em Londres, na véspera da coroação; em seu início de reinado, Charles III enfrentará desafios políticos e econômicos, cruciais para o futuro do Reino Unido e da família real. ... A24 e A25

Notas e Informações ... A3

Escândalos drenam a energia do País

Fareed Zakaria ... A26

A 'Doutrina Biden' e sua lógica preocupante

Fernando Reinach ... A28

Transformar pensamento em palavra

Sérgio Augusto ... C9

Velhos tempos que nunca voltarão

Edição de hoje
4 CADERNOS - 78 páginas

CADERNO A: Opinião, Política, Internacional, Mercado, Saúde, Esportes. Para fechar... E&N, Destacar Economia & Negócios

CADERNO C: Cultura & Companhia, A Farda Destacar BE, Bem-estar

Tempo em SP
10ª Pág. 28ª Pág.JHSF
apresentaVillage Gardens
& Village Parks.

Dois exclusivos condomínios com clubes reservados e lotes residenciais.

VILLAGE

Veja nas páginas A10 e A11.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 • Nº 24.366

SÁBADO, 6 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00

OMS declara fim da emergência de Covid após doença matar 6,9 milhões

Pandemia que dura mais de três anos continua a ser letal, mas vacinas desenvolvidas em tempo recorde deram efeito

Após três anos, dois meses, cinco dias e quase 7 milhões de mortos, a Organização Mundial da Saúde declarou que a Covid-19 não é mais emergência de Saúde Pública de importância internacional. A doença, contudo, ainda trata risco, alerta a OMS.

"É com grande esperança que declaramos o fim da Covid-19 como uma emergência de saúde global", afirmou o diretor-geral da organização, Tedros Adhanom, que advertiu: "Com isso, não significa que a Covid-19 acabou como uma ameaça global à saúde".

Se necessário, o status da doença pode ser revisado — caso surja uma variante de alto impacto, por exemplo. "Esse vírus veio para ficar. Ainda está mutando", disse. O desenvolvimento de vacinas em velocidade inédita, porém, reduziu a letalidade.

Desde o início da distribuição dos paracetólicas, ainda no final de 2020, até agora, mais de 13 bilhões de doses foram aplicadas pelo mundo. O fim da situação de emergência não muda a classificação de pandemia, mas de estatística do século por ora.

Com a Covid-19, pela primeira vez em quase cem anos uma doença infecciosa foi uma das principais causas de morte em países ricos. Detectado em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, seu agente causador, o vírus Sars-CoV-2, logo se espalhou.

Para além das mortes, a pandemia teve impacto transformador na sociedade, na economia, na educação e no comportamento. SAÚDE

Presidência no Brasil foi marcada por crises e mortes evitáveis SAÚDE



STF vê urgência em regulação de redes e pressão Congresso
Após o Congresso empurrar o PL das Fake News, ministros do STF fazem pressão sobre o Legislativo ao indicar o início do julgamento de uma ação que discute o Marco Civil da Internet e pode abrir precedente para a suspensão de sites. POLÍTICA

Demétrio Magnoli A mentira e o crime
O PL das Fake News tem defeitos óbvios, como a cizurda que permite que a Câmara parlamentarize discursos vedados aos demais. Seus trânsitos, contudo, encontram um ponto mais trágico: o discurso de ódio de Bolsonaro. Muitos deles sorriam com a Censura do Bem. POLÍTICA

AOS 74 ANOS, CHARLES 3º SERÁ COROADO HOJE COM APROVAÇÃO MODERADA ENTRE BRITÂNICOS

Após décadas de monarquia se reunirem em frente ao Palácio de Buckingham à espera do início da cerimônia, em Londres, que terá soberano de 74 anos pouco acima por jovens e menos admirado que a mãe, Elizabeth 2ª, sua esposa, Camilla, deixará de ser chamada de consorte e assumirá título de rainha. MUNDO

Novo CSI, Marcos Antônio e novo crime Helena e dia que fará suprema de Lula POLÍTICA

folhinha p.2
Recorte, cole e dobre o jornal para montar uma capivara com seus dois filhinhos

esporte B9
Mulheres no volante
Garotas ampliam presença na Fórmula 4, base do automobilismo, e buscam romper barreiras

política A5
A primeira-dama
Livro traça perfil de Janja, mostra sua reação nos bastidores do B/1 e revela atritos com o PT

gula CB
Veja lista de escape rooms em SP para bancar o detetive e resolver mistérios



Série Matria Brasil retrata luta de mulheres ao longo da história

Projeto mostra o protagonismo feminino no país através de textos de historiadoras e escritoras brasileiras. Na estreia, Eliane Perdigão conta sobre sociedade indígena matriarcal que defendeu Amazônia no século 16. CULTURA

Presidente vai ao Supremo por mais poder na Eletrobras
Lula (PT) pediu ao STF que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras para ampliar força do governo. Trocho limpa vozes a 10% da quantidade de ações em que se divide o capital votante da companhia; a União detém 45%. MERCADO



Congestionamento no Anel Várzea do Ribeirão Preto (SP); filas superaram 3 horas SAÚDE

EDITORIAIS A3
Sem emergência
Acorde da declaração da OMS relativa à pandemia.

Cerrado vê recorde de desmatamento em abril, diz Inpe
ambiente **Imprensa entre polos**
Sobre melhora do Brasil em ranking de liberdade.

ATMOSFERA
São Paulo hoje

Hoje	21.31	18.31
Brasil	17.29	16.29
Ribeirão	16.32	15.31

Fonte: www.climatempo.com.br

Lenine: Artista retoma a música após período de isolamento e depressão, conta ANCELMO GOIS



Labir Intor: Busca por música clássica é falha no streaming

O GLOBO

Ribeira Marinho (3070.3323) — (1904.2004) Ribeira Marinho

ISSN 0000-064X, Nº 61.844 de 2023, 480x320 - R\$ 2,70 - PPG 02001-0000-0000 - 000000

A VOLTA, AGORA OFICIAL, AO NORMAL OMS DECRETA FIM DA EMERGÊNCIA DA COVID-19, QUE NOS MUDOU PARA SEMPRE



Depois de 40 meses, mais de sete milhões de mortes e mais de um bilhão de pessoas em quarentena, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o fim da emergência de saúde pública da Covid-19, decretada em janeiro de 2020. Não é o fim da pandemia, que persistirá e deve ser combatida com vacinação. Mas é um marco de um período de exceções sócioeconômicas para a humanidade e de transformações nas nossas vidas, que se refletem em novas relações sociais para sempre.



AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO. Necessidade para evitar o colapso, o teletrabalho mudou a rotina de milhões de pessoas para o mundo.



AS DORES E AS PERDAS. Médicos e enfermeiros lutaram com o excesso de trabalho em um momento difícil. A falta de leitos nos hospitais superlotados gerou um número elevado de óbitos.



EUPOEIA DA VIDA. Com o fim da pandemia, as pessoas retomaram suas atividades sociais e culturais, como festas e eventos.

Tomar a vacina bivalente ainda é fundamental
Foi decretado o fim da emergência da Covid-19, mas a pandemia persiste. Fica a vacina que protege caso um vírus se mutar e escape aos testes, na OMS orienta seguir com a vacinação. A vacina bivalente é recomendada a todos acima de 18 anos no Brasil. Vacine-se.



A CIÊNCIA DÁ UM NÓ EM DO TÚNEL. A vacinação que chegou acabou em parte com o fim da emergência de saúde pública.

Reajuste de planos de saúde chega a 35%

Com a alta dos custos devido ao aumento da demanda reprimida pela pandemia, operadoras vão reajustar o valor dos planos individuais para algumas empresas em até 35%. Para as famílias, o reajuste é menor, mas também chega a 20%.

Após derrota na Câmara, Lula libera emendas

Em busca de fidelidade da base, Lula cobrou ramos e vai liberar R\$ 1,2 bilhão em emendas parlamentares.



Reino Unido dará R\$ 500 milhões para Amazônia

Arrecado de contribuição para o Fundo Amazônia foi feito pelo primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, em encontro em Londres com o presidente Lula, que se disse "muito mais agradado". Reino Unido se junta a Noruega, Alemanha e EUA em colaborador do fundo ambiental.

Opinista jurídica: União entra com ação no STF para dar as cartas na Eletrobras



Carlos Alberto Sardenberg: Sem corte de gastos, empresas e cidadãos serão punidos

A inflação deve voltar rapidamente para os níveis anteriores. Cúpula lança a medida de desinflação, já que não é possível manter o preço baixo de 1 mil, da para pouco mais que um café.

Pablo Ortells: O populista é o inimigo número um da Espanha



Desafios que furão Charles III cair no real

Coroado hoje, o monarca terá que lidar com rugas na família, a fragilidade da Comunidade Britânica e o crescimento do legado cristão.

MME / ASCOM .